

Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários

Muniquê Daniela Maia de Oliveira¹

Resumo

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda. Trata-se de um modo diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para a sobrevivência, sem, no entanto, prejudicar os outros e o ambiente. A sua expansão no Brasil e no Tocantins é uma realidade, sendo que a Região Norte apresenta cerca de 13% dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES do país. No Estado, constatou-se, por meio do mapeamento de EES realizado em 2007, uma diversidade de atividades e formas de organização, inclusive a maioria atuando na informalidade. Diante desse cenário, a iniciativa da implementação da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Fundação Universidade do Tocantins – Unitins, que é um instrumento estratégico, buscará como resultados principais, a capacitação da equipe, formação de discentes na área, incubação de pelo menos três EES nos primeiros dois anos, formação de uma rede de EES, como também fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas que visem fomentar e fortalecer o crescimento de EES na região e no estado, como forma de reduzir a exclusão social.

Palavras-chave: economia solidária, incubadora universitária, tecnologia social.

Introdução

As transformações que ocorreram, especialmente nas últimas décadas, no que se refere à globalização da economia, a tecnologia e sua acessibilidade, têm refletido na vida social e conseqüentemente nas relações de trabalho. Percebe-se um desemprego crescente devido a esses fenômenos, os quais aumentam o contingente dos socialmente excluídos (CULT, 2006). Em contraponto, frente à crise do trabalho formal assalariado, tem ganhado visibilidade o movimento de trabalhadores que objetivam criar alternativas reais de geração de trabalho e renda. Caracterizam-se por serem pequenos empreendimentos populares, como cooperativas de trabalho e produção, associações de trabalhadores, empresas familiares de autogestão, dentre outras. Conforme Brasil (2008), tais empreendimentos constituem a Economia Solidária, a qual “compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário”. Os governos federal, estadual e municipal vêm procurando estimular tais iniciativas como forma de mitigar os problemas gerados pelo desem-

¹ Coordenadora da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Unitins; graduada em Direito e pós-graduanda em Planejamento e Gestão de Projetos Sociais. Unitins, Caixa Postal 173, Palmas – TO.

prego. Para isso, as agências de fomento têm criado programas e destinado recursos para projetos que visem fortalecer esta modalidade de empreendimento (CULT, 2006). Em paralelo, “nos meios acadêmicos, emergem propostas de apoio, assessoria e acompanhamento a esses empreendimentos, como rede de Incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs, os Núcleos/Incubadoras da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO, dentre outros, que se têm dedicado à incubação” (CULT, 2006). Assim, a Unitins, por meio da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários se propõe a contribuir com o respeito à diversidade cultural



e para a redução das desigualdades sócio-econômicas, com o uso da promoção de transferência de tecnologia social, por meio da incubação de empreendimentos econômicos solidários articulada com políticas de segurança alimentar e nutricional, organizando o trabalho para a autogestão e para geração de trabalho e renda.

A economia solidária como instrumento de inclusão e desenvolvimento: A Economia Solidária tem sido uma resposta importante dos trabalhadores e das comuni-

dades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário” (BRASIL, 2006). Engloba desde

práticas tradicionais de subsistência até empresas falidas que passaram às mãos dos trabalhadores e unidades produtivas subcontratadas por empresas no processo de externalização produtiva (BARBOSA, 2005). Nesse conjunto de atividades e formas de organização, destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade (BRASIL, 2006). Esse setor

vem sendo crescente no Brasil, nas últimas décadas, pela fragilidade do modelo tradicional de desenvolvimento, constituindo uma reação de parte da sociedade civil à crise das relações de trabalho e ao aumento da exclusão social. De acordo com amostragem realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, obteve-se a distribuição dos EES por região do país, destacando-se a Região Nordeste com 44%. A variação entre as demais regiões não foi grande, sendo observada para a re-



gião Sul, Sudeste, Norte e Centro-oeste os seguintes valores respectivamente, 17%, 14%, 13% e 12% dos EES do país (BRASIL, 2006). Conforme o mapeamento de EES no Estado do Tocantins, realizado em 2007, observou-se a existência de uma ampla diversidade de atividades. Dentre as atividades dos empreendimentos solidários, destacam-se a agricultura, com 52%, seguida do artesanato, com 15%. A atuação desses empreendimentos ocorre predominantemente no meio rural (61%), sendo o rural/urbano (22%) e urbano (17%). Um fato marcante é que 55% dos EES amostrados estão na informalidade, sendo que 38% estão organizados sob a forma de associação e 4%, como cooperativa. Os empreendimentos solidários também estão inseridos nos arranjos produtivos locais contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e da Amazônia. Portanto, a economia solidária pode contribuir para inovar as atividades tradicionais ao incorporar tecnologias visando a sua integração aos mercados com competitividade e ganhos

de produtividade superando ao agregar valor e capitalizar os benefícios provenientes da virtuosidade impressa nos empreendimentos solidários, sob a possibilidade de sustentabilidade do vasto potencial dos recursos naturais existentes na Amazônia. Esse novo momento indica condições oportunas para a diversificação da base produtiva regional e possibilita sua inserção no mercado nacional e internacional, além de estimular a geração de trabalho e melhorar a distribuição de renda.

Incubação de empreendimentos econômicos solidários: “Incubação é um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista a necessidade de suporte técnico para a realização desses empreendimentos” (CULT, 2006). O objetivo é apoiar a consolidação de iniciativas econômicas fundamentadas nos princípios da autogestão, a partir de um processo pedagógico orientado pelas trocas entre o “saber popular” e o “saber acadêmico” (CRUZ, 2004). Para o ITCP/Unisinos (2007), a incubadora de EES visa “Fomentar o crescimento de empreendimentos solidários, identificando e desenvolvendo modelos e tecnologias de intervenção que levem em conta a complexidade da problemática do mundo do trabalho e das dimensões ecosociais, contribuindo para difundir uma cultura de solidariedade”. As iniciativas dessa economia vêm sendo impulsionadas a partir das ações de organizações da sociedade civil (ONGs, movimentos sociais, incubadoras universitárias) que apóiam a constituição e articulação de cooperativas populares, as redes de produção e comer-

cialização e articulação e as feiras de cooperativismo e economia solidária, sendo uma das alternativas trabalhadores e trabalhadoras que buscam alterar suas condições de vida sob a forma de organização coletiva do trabalho nas mais diversas regiões (SILVA; SCHIOCHET; BERTUCCI, 2008). É nesse cenário que atuam as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, inspiradas no modelo de incubadoras de empresas, se caracterizam como habitat de inovação, oferecendo serviços básicos e de promoção de sinergia. Buscam apoiar sistematicamente uma organização, desde a sua concepção e fundação, por um período de tempo suficiente para sua consolidação, sua sustentabilidade (SANTOS E LIMA, 2008). A universidade, constituída pelas estruturas física e especialmente a humana, composta pelo corpo docente, técnico e discente, é uma instituição de referência perante as comunidades em que se encontra inserida, o que permite se integrar ao processo de formação de empreendimentos, como cooperativas, associações e outros tipos de iniciativas de geração de trabalho e renda por meio de incubadoras (CULT, 2006).

Incubadora de empreendimentos econômicos solidários da Unitins:

Este projeto tem como parceiro principal o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o qual está contribuindo com recursos para a viabilização da implementação da incubadora nesta Universidade. A área de abrangência da incubadora é o município de Palmas, onde está prevista para incubação três empreendimentos econômicos solidários com formação em economia solidária e segurança alimentar. A metodologia para a implementação da incubadora obedece às seguintes etapas: a) capacitação da equipe (alunos, técnicos e docentes), com o apoio de membros do Grupo de Trabalho - GT Nacional do Programa de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da UNITRABALHO, por meio da participação em oficinas ou cursos de curta duração. Em cada oficina/curso serão tratados temas específicos, de acordo com a necessidade da equipe da incubadora em processo de formação, a fim de que possam consolidar conhecimentos suficientes para desenvolverem uma metodologia própria de incubação; b) a incubadora também buscará firmar parceria com outros projetos de extensão, núcleos e

centros da Unitins, de forma a repassar conhecimentos aos empreendimentos incubados nas áreas específicas de seus negócios de acordo com a demanda, como para fortalecer e ampliar a equipe da incubadora; c) estabelecer parcerias e convênios com órgãos e/ou instituições públicas e privadas, visando integrar as políticas públicas, otimizan-



do-as para beneficiar os grupos que serão incubados e ajudar na consolidação e sustentabilidade da incubadora. Além disso, pretende-se incentivar a participação dos empreendimentos em instâncias locais e nacionais a exemplo dos Fóruns Brasileiro e Estaduais de Economia Solidária, Feiras de Economia Solidária, entre outros. Com base no objetivo da proposta, será priorizado um conjunto de ações multidisciplinares orientadas pelo conceito de economia solidária, buscando promover o efetivo envolvimento dos empreendimentos econômicos solidários e outras entidades, possibilitando, assim, uma construção coletiva do processo de incubação. Um elemento fundamental no gerenciamento da execução da proposta diz respeito ao controle social, que é o macroprocesso através do qual a sociedade local interage com os rumos do projeto pactuado, fiscalizando a aplicação dos recursos, acompanhando a execução das metas e atividades, ou seja, influenciando diretamente nas eventuais redefinições que podem acontecer ao longo da execução das ações. Outro mecanismo gerencial de execução se dará por meio da articulação da incubadora com a rede local de Economia Solidária, com o Fórum Estadual de Economia Solidária e com a Rede UNITRABALHO, via acompanhamento por parte do Grupo de Trabalho - GT do Programa de Economia Solidária. São metas do projeto para execução em dois anos: 1) estruturar e operacionalizar a incubadora; 2) realizar oficinas para alinhamento conceitual da equipe executora; 3) realizar cursos de formação em economia solidária com foco nos trabalhadores dos empreendimentos solidários; 4) realizar visitas técnicas e de acompanhamento aos

empreendimentos econômicos solidários; 5) viabilizar viagem a membros da equipe executora da incubadora para locais previstos para as reuniões do PRONINC e encontros anuais de Incubadoras da Rede UNITRABALHO; 6) viabilizar aos membros da equipe técnica da incubadora, o intercâmbio com outras Incubadoras da Rede UNITRABALHO. Espera-se impactos econômicos e sociais com a instalação da incubadora de empreendimentos solidários na Unitins. Quanto aos impactos econômicos, espera-se: a) melhoria dos processos produtivos; b) aumento da renda familiar e da qualidade de vida da comunidade; c) ampliação da comercialização dos produtos oriundos dos empreendimentos, por meio da inserção na economia local; d) oportunidade do acesso ao mercado de comercialização de produtos em âmbito local e regional, a partir da formação de práticas de economia solidária. No que se refere aos impactos sociais, espera-se: a) fortalecimento do conceito de Economia Solidária, do associativismo e cooperativismo nos empreendimentos incubados; b) fomento e fortalecimento da rede de Economia Solidária; c) fortalecimento das organizações locais; d) elevação profissional dos beneficiários direto do projeto; e) elevação da auto-estima dos beneficiários.

Resultados esperados: a) formação de uma equipe capacitada na incubação de empreendimentos econômicos solidários; b) geração de trabalho e renda por meio da incubação de 03 (três) empreendimentos econômicos solidários; c) participação dos representantes dos empreendimentos econômicos solidários no Fórum de Economia Solidária; d) formação de discen-

tes em Economia Solidária; e) formação de uma rede de empreendimentos econômicos solidários; f) fornecimento de subsí-

dios para elaboração de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local e regional.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, R.N. de C. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005. 315 p.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil, 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **O que é economia solidária?** Brasília, 28 março 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp> Acesso em 28 de março 2008.

CULT, M.N. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. 2006, 249f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

CRUZ, A. É caminhando que se faz o caminho: diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. **Revista Venezuelana de Economia Social**, n. 8, p. 38-57. dic. 2004

ITCP/UNISINOS. **Metodologias de incubagem em empreendimentos de econômicos solidários**: algumas reflexões, São Leopoldo dezembro 2007 < [http:// www.ecosol.org.br/](http://www.ecosol.org.br/) > Acesso em 29 de março 2008.

SANTOS, M.S.T.; LIMA, C.M.D.de. **Desafios cooperativos e estratégias de comunicação das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**. Disponível em:<<http://www.unircoop.org/unircoop/files/seminaires/conferences/Maria%20Salette%20Tauk%20Santos.pdf>> Acesso em 30 de março 2008.

SILVA; R.M.A. da; SCHIOCHET, V.; BERTUCCI, J. De O. Mapeamento da Economia Solidária no Brasil: o desafio de mostrar o que não está visível. **Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária**, Brasília, 02 março 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional> Acesso em 02 de março 2008.